

Hannah Arendt: antissemitismo, imperialismo e totalitarismo.

José João Neves Barbosa Vicente¹

Resumo

Hannah Arendt apresentou em seu livro *Origens do totalitarismo*, uma forma nova de se lidar com os acontecimentos políticos contemporâneos que, segundo ela, desafiaram todas as nossas categorias de análise. Assim, este texto procura expor de um modo introdutório, a maneira inédita como esses acontecimentos foram compreendidos pela autora.

Palavras-chave: Ruptura. História. Acontecimentos. Causalidade. Estado – nação.

Abstract

Hannah Arendt presented in its book *Origins of the totalitarianism*, a new form of dealing with the events contemporary politicians who, according to it, had defied all our categories of analysis. Thus, this text looks for to display in an introductory way, the way as these events were understood by the author.

Keywords: Rupture; History; Events; Causality; State - nation.

Não é possível recusar, por exemplo, que *Origens do totalitarismo* de Hannah Arendt é uma obra de difícil classificação. No entanto, não se pode negar, também, que nela a autora narra histórias. Em relação ao povo judeu, ela apresenta a maneira como esse povo veio a ser entendido como supérfluo; narra, também, como milhões de pessoas foram transformadas em um subproduto da revolução industrial, em especial, das políticas do imperialismo. Histórias que, no fundo, apontam de certa forma, um caminho para alienação de um mundo comum, uma situação exacerbada após a Primeira Guerra Mundial pela presença de um grande número de refugiados sem pátria e do peso econômico do desemprego, entre outros fatores.

Mas, apesar de narrar histórias, e as duas primeiras partes do livro serem as mais controversas, uma vez que Hannah Arendt faz amplas alegações históricas e sociológicas discutindo o antissemitismo e o imperialismo, e descrevendo diferentes incidentes a partir de diversas fontes, a fim de mostrar como o pensamento racial

¹ José João Neves Barbosa Vicente é doutorando em filosofia pela UFBA.
E-mail: josebvicente@bol.com.br

começou a emergir por toda a Europa, *Origens do totalitarismo* se diferencia da maioria dos escritos históricos. Ele não é, por exemplo, uma tentativa positiva de contribuir com a história de um povo e de uma cultura no sentido de preservá-los; é uma obra que ataca para analisar e discutir o que historicamente deu errado. Não se trata, portanto, apenas de uma história dos fatos, mas fundamentalmente, de uma genealogia de formas de pensar.

Outra questão importante para a compreensão da obra é estar ciente que, assim como o totalitarismo, o antissemitismo e o imperialismo são apresentados em *Origens do totalitarismo*, como acontecimentos que introduziram rupturas na história humana. São acontecimentos que não podem ser de maneira alguma, relacionados com males antigos e analogias históricas, nem compreendidos por qualquer continuidade ou explicação causal. Pois, de acordo com Hannah Arendt, definitivamente, o curso da história não corresponde a um movimento irresistível à fatalidade. A obra de Hannah Arendt, portanto, não se propõe nem a reconstituir uma sequência histórica cujo desenvolvimento permitiria explicar o totalitarismo do como uma evolução estritamente causal, nem mesmo assediar a genealogia que o explicaria do ponto de vista da história das ideias.

O antissemitismo moderno para Hannah Arendt (1972, p.37), entra “no quadro mais amplo do desenvolvimento do Estado-Nação”². Mas, também, coincide com o declínio desse Estado, afinal, para “que um grupo de pessoas se tornasse antissemitas em um dado país num dado momento histórico dependia exclusivamente das circunstâncias gerais que os levavam a violento antagonismo contra o governo” (Arendt, 1989, p.48.)³ é, de acordo com Hannah Arendt, distinto do ódio ao judeu, de origem religiosa.

² O Estado – nação, de que a França seria o exemplo “por excelência” como observou Hannah Arendt em sua obra *Da revolução* (1980), é uma estrutura autônoma formada desde a Revolução Francesa, fortificada durante o século XIX, e que criou um novo modo do ser social. Fruto de vários séculos de monarquia e de despotismo esclarecido, essa estrutura é ambígua, assim como suas consequências. Exigindo direito do homem *universais*, sempre consideram-se também como *soberano* e, por consequência, não estando a nenhuma lei a ele superior, o Estado francês mostrou seus paradoxos desde o período revolucionário. Substituiu o “homem” pelo “cidadão” nos próprios artigos da *Declaração dos Direitos do Homem*, de 1798, e promulgou leis contra os estrangeiros antes de voltar-se contra a aristocracia sob o terror.

³ Por serem ricos e praticamente desinteressados em poder político e mantendo íntima relação com as fontes do poder do Estado financiando-o em épocas de crises, os judeus eram invariavelmente identificados com o próprio poder.

Dessa forma, a autora distingue o antissemitismo moderno do ódio ao judeu de origem religiosa, rejeitando e denunciando como falsas todas as teorias que o analisam dentro de uma perspectiva de perseguição milenar ou explicando-o pelo mecanismo do *bode expiatório*⁴. Como nos lembra L. Dumont (1993, p.142), “a continuidade do antissemitismo desde a Idade Media não explica a sinistra invenção do extermínio, tal como a continuidade da ideologia alemã, está longe de explicar a catastrófica metamorfose nazista”. A tese do bode expiatório segundo Hannah Arendt ilude fundamentalmente a importância do antissemitismo e vai a ponto de afirmar que os próprios judeus pensaram que o antissemitismo era um excelente meio de manter a unidade do povo judeu e de lhe garantir uma vida eterna.

Da perspectiva de Hannah Arendt, talvez a primeira a estabelecer uma distinção fundamental entre o antissemitismo pré – totalitário e o antissemitismo totalitário, a teoria de bode expiatório, implica simultaneamente a total contingência da “escolha” dos judeus como vítimas, e a sua total inocência. Recusá-la, significa no fundo, uma recusa da causalidade em história. Para ela, nenhum passado relacionado ao povo judeu explica por que, no século XX, “a ambição totalitária de uma dominação absoluta, que deve ser exercida pelos membros de uma sociedade secreta e com os métodos correspondentes, pode tornar-se um objetivo político sedutor” (Arendt, 1972, p.19). Hannah Arendt demonstra que, contrariamente a uma opinião muito facilmente recebida, esse antissemitismo moderno não é fruto do nacionalismo tradicional, mas que, ao contrário, este se desenvolve à medida que declina o Estado – nação.

Os “judeus da corte”, nos séculos XVII e XVIII, graças a seus aportes financeiros, já eram influentes junto à monarquia. Os “Estados – Nações” que surgem depois da Revolução Francesa têm mais necessidades de capitais; em troca de seus empréstimos, são ampliados os direitos dos judeus. Contudo, no fim do século XIX, com o nascimento do imperialismo, os homens de negócios são levados a envolver-se politicamente; os judeus que não participam das colonizações, veem sua influência

⁴ O bode expiatório nada mais é do que um indivíduo, grupo ou categoria de pessoas usados como objeto de culpa no sistema social. Essa figura fornece mecanismo para dar vazão à raiva, à frustração, ao ressentimento, ao medo e outras emoções que, de outra forma, seriam expressadas de maneira que danificariam a coesão social, contestariam o *status quo* ou atacariam os grupos dominantes e seus interesses. Imigrantes e MINORIAS, por exemplo, são muitas vezes usados como bodes expiatórios durante épocas de dificuldades econômicas e considerados causa de desemprego e de outros problemas sociais. Como resultado, certos aspectos de sistemas sociais que geram crises econômicas, tais como a competição e a exploração capitalista, são ocultados do público e de possível crítica.

diminuir. Por fim, no século XX, tanto a comunidade judia quanto o Estado – Nação se desintegram, e os judeus passam a ser alvo de ódio,

cada classe da sociedade que, em um momento ou outro, entrava em conflito com o Estado tornava-se antissemita porque os judeus eram o único grupo social que parecia representar o Estado (Arendt, 1972, p.68).

O antissemitismo se revelou uma arma de tão grande eficácia que era agitada por diversos escândalos financeiros e pelo mito de uma internacional judaica que manipulava os destinos políticos da terra. Desse antissemitismo político, Hannah Arendt faz questão de destacar com cuidado, o antissemitismo social que acontece não em um grupo separado, mas em um grupo no qual a emancipação se conciliou com a igualdade; quanto mais esta se afirma, mais se aprofunda uma discriminação animada por sentimento da diferença que suscita, “ao mesmo tempo, o ressentimento social contra os judeus e um atrativo particular” (Arendt, 1972, p.127). Nesse caso também, alerta Hannah Arendt, é preciso desconfiar das ideias preconcebidas: não é a sociedade que segrega progressivamente os judeus; eles mesmos, desde o fim do século XVI, afastam-se dos grupos sociais e rejeitam a integração em nome de uma eleição superior e mítica do povo judeu. E quando, no século XIX, os primeiros partidos antissemitas denunciam uma pseudo-sociedade secreta judia que desejaria tomar o poder, já é tarde demais.

Quanto ao imperialismo⁵, esse desejo insaciável de expansão e de colonização do Estado – Nação no final do século XIX(mais precisamente, de 1884 até 1914), baseado fundamentalmente no princípio proferido por Cecil Rhodes, “expansão é tudo”, ou “expansão por amor a expansão, expansão sem limite onde nações inteiras eram vistas como simples degraus para a conquista das riquezas e para o domínio de um terceiro país que por sua vez, se tornava mero degrau no infundável processo de

⁵ O imperialismo é o último estágio do capitalismo, para Hannah Arendt, porém, o imperialismo deve ser considerado o primeiro estágio do domínio político da burguesia e não o último estágio do capitalismo. Tudo começou com uma mudança econômica. Por exemplo, observando a Europa de fins do século XIX, percebe-se um rápido crescimento da produção industrial, de repente, superabundância de capital. A Grã-Bretanha, a França, a Alemanha e a Bélgica voltaram-se para ultramar a fim de empregar esse capital, ocupando para esse fim novos e vastos territórios. Em menos de vinte anos, o império Britânico adquiriu 12 milhões de quilômetros quadrados e 66 milhões de almas, a Alemanha 2,5 milhões de quilômetros quadrados e 13 milhões de novos habitantes, a Bélgica 2,3 milhões de quilômetros quadrados e 8,5 milhões de habitantes, ou seja, a “megalomania” dessa política mundial.

expansão e de acúmulo de poder, distingue-se de acordo com Hannah Arendt (1989, p.147-48)

tanto das conquistas de características nacional antes levadas adiantes por meio de guerras fronteiriças, quanto da política imperialista da verdadeira formação de império, ao estilo de Roma... Nada caracteriza melhor a política de poder da era imperialista do que a transformação de objetivos de interesse nacional, localizados, limitados e, portanto, previsíveis, em busca ilimitada de poder, que ameaça devastar e varrer o mundo inteiro sem qualquer finalidade definida, sem alvo nacional e territorialmente delimitado e, portanto, sem nenhuma direção previsível (Arendt, 1990, pp.147-148.).

Essa política imperialista, portanto, que estabelece “a expansão como objetivo permanente e supremo” (Arendt, 1989, p.155.), não constitui, segundo Hannah Arendt, um princípio político: encontra antes as suas raízes na especulação mercantil, no desejo de escoar os excedentes de produção em novos mercados; consequência da emancipação política da burguesia.

Marca, portanto, a subordinação da política à administração. Uma vez os interesses privados tendo sido transformados em princípios políticos, o poder se reduz, com efeito, a uma dominação pela força, e a exportação de capitais só poderá conduzir à exportação da violência. Concretamente, os pilares da empresa foram o racismo e a burocracia.

Ora, para nós, no entanto, o mais importante neste momento é compreender em que sentido Hannah Arendt concebeu aqueles dois acontecimentos, como “Origens” do totalitarismo, sendo que, para ela, não há espaço para uma explicação causal desse fenômeno e muito menos, de uma acusação direta de pensadores ou instituições, como responsáveis pelo surgimento desse regime político⁶, uma vez que é impossível deduzir de quaisquer elementos passados as causas necessárias de explicação desse

⁶ Macridis (1982, p.202-206), aponta para pensadores como Nietzsche, com o seu conceito de “Super homem”; Schopenhauer, com o seu conceito de “o mundo é uma idéia minha...”; Platão, com a sua definição do mito como uma “mentira de ouro”; Darwin, com a sua noção de sobrevivência dos mais preparados, etc, como sendo “raízes intelectuais do totalitarismo”; Friedrich (1970) interpreta Rousseau como uma espécie de “pai da filosofia totalitária”; Popper (1987, p.69-88), acentua a influência das idéias sobre os acontecimentos e acusa os “falsos profetas” Hegel e Marx de terem gerados, respectivamente, Hitler e Stalin. Segundo Popper, “Hegel desenvolveu a teoria histórica e totalitária do nacionalismo”, ou seja, “quase todas as idéias mais importantes do totalitarismo moderno são diretamente herdadas de Hegel”; Kelsen (2000, p.210) responsabiliza Platão, e também afirma de que a Igreja é “o mestre do Estado totalitário em quase todos os seus aspectos”. Enfim, a lista poderia estender-se muito mais.

acontecimento, no sentido de que eles tinham inexoravelmente de produzi-lo. A resposta só poderá ser encontrada naquilo que a nossa autora denominou por *cristalização*.

Na conjugação do racismo e do sistema burocrático, na primeira fase do imperialismo, onde terras imensas caíram sob o domínio completo, não da lei, mas do decreto, onde seus nativos eram classificados como cidadãos inferiores na mera base de raça ou cor e que esteve na origem das selvagens matanças de Carl Petters, no Sudoeste Africano Alemão, a dizimação da pacata população do Congo reduzida de 20 milhões para 8 milhões, Hannah Arendt vê um caso de cristalização. Afinal, a “causa” desses massacres residia, portanto, no encontro de duas “causas parciais”, que, inicialmente, não estavam ligadas por nenhuma necessidade intrínseca. Percebe-se que antes da sua conjugação no acontecimento do imperialismo, nem o racismo nem a burocracia teriam podido abrir-se à dedução do imperialismo.

A burocracia é certamente o tipo mais complexo e altamente desenvolvido de organização formal. Da forma como foi desenvolvido por Max Weber, por exemplo, o conceito se refere a uma organização na qual o poder é distribuído em uma hierarquia rígida, com nítidas linhas de autoridade. A divisão do trabalho é complexa, o que implica dizer que pessoas se encarregam de tarefas minuciosamente especializadas e trabalham sob regras e expectativas definidas de forma clara, em geral escritas. São mantidos registros por escritos e gerentes se especializam em supervisionar o sistema. O cumprimento dos objetivos da organização tem precedências sobre o bem-estar dos indivíduos, e a racionalidade impessoal é valorizada como base para a tomada de decisões à luz desses objetivos.

Portanto, de acordo com Hannah Arendt, o governo totalitário não foi importado da Lua, o que conseqüentemente, faz cair por terra, como sem fundamento, qualquer tentativa de “acusá-la de teorizar um totalitarismo misteriosamente caído do céu” (Chatelet, 1993, p.45.), mas sim, brotou no mundo não totalitário cristalizando elementos que ali encontrou (Arendt, 1993, p.41.). Nesse sentido, o totalitarismo é da perspectiva arendtiana, uma “criação” exclusivamente humana. Isto é, como ela mesma disse: “esse corpo político absolutamente ‘original’ foi planejado por homens e, de alguma forma, está respondendo a necessidades humanas” (Arendt, 1989, p.526.). é um novo tipo de formação política que não tem precedentes e que difere dos outros tipos de

tirantias políticas. Para Hannah Arendt, apenas duas marcas registradas caracterizaram as tirantias ao longo dos tempos:

de um lado, o poder arbitrário, sem freio das leis, exercido no interesse do governante e contra os interesses dos governados; e de outro, o medo como princípio de ação, ou seja, o medo que o povo tem pelo governante e o medo do governante pelo povo (Arendt, 1990, p.513.).

Algo importante a ser salientado é que, nessas tirantias, a pessoa tinha a liberdade de pelo menos, escolher a oposição, uma liberdade limitada sim, pois sabia que corria o risco de ser torturada ou morta; porém, uma liberdade recusada à vítima do sistema totalitário. Pois, o totalitarismo só se contenta, quando eliminar não apenas a liberdade em todo sentido específico, mas a própria fonte da liberdade que segundo Hannah Arendt, está no nascimento do homem e na sua capacidade de começar de novo. Conforme nos lembra Hitler, por exemplo,

a missão principal dos Estados Germânicos é cuidar e pôr um paradeiro a uma progressiva mistura de raças. A geração dos nossos conhecidos fracalhões de hoje naturalmente gritará e se queixará de ofensa aos mais sagrados direitos dos homens. Só existe, porém, um direito sagrado e esse direito é, ao mesmo tempo, um dever dos mais sagrados, constituindo em velar pela pureza racial, para, defesa da parte mais sadia da humanidade, tornar possível um aperfeiçoamento maior da espécie humana. O primeiro dever de um Estado nacionalista é evitar que o casamento continue a ser uma constante vergonha para a raça e consagrá-lo como instituição destinada a reproduzir a imagem de Deus e não criaturas monstruosas, meio homem meio macacos. Protestos contra isso estão de acordo com uma época que permite qualquer degenerado reproduzir-se e lançar uma carga de indizíveis sofrimentos sobre os seus contemporâneos e descendentes, enquanto, por outro lado, meios de dividir a procriação são oferecidas à venda em todas as farmácias e até anunciados pelos camelôs, mesmo quando se trata de pais sadios (Hitler, 1983, p.252.).

O totalitarismo utiliza, de acordo com Hannah Arendt, da “ideologia” como instrumento essencial para explicar absolutamente e de maneira total o curso da história: “os segredos do passado, as complexidades do presente, as incertezas do futuro” (Arendt, 1989, p.521.). Por um lado, ela forma um sistema de interpretação definitiva do mundo, mostra uma pretensão em explicar tudo, por outro, afirma desde logo o seu

caráter irrecusável, infalsificável. Ela é mobilizada para que ninguém jamais comece a pensar, ou pelo menos, como nos lembra Bauman (2000, p.94.), para tornar o pensamento dos indivíduos “impotente, irrelevante e sem influência para o sucesso ou fracasso do poder”. Ela arruína todas as relações com a realidade e constrói um mundo fictício e logicamente coerente.

Em lugar das fronteiras e dos canais de comunicação entre os homens individuais, constrói um cinturão de ferro que os cinge de tal forma que é como se a sua pluralidade se dissolvesse em Um-Só-Homem de dimensões gigantesca... Pressionando os homens, uns contra os outros, o terror total destrói o espaço entre eles (Arendt, 1989, p.518.).

Desta forma, através de um método perfeitamente original, Hannah Arendt se esforça para analisar esses elementos que se cristalizaram no totalitarismo, onde vê fundamentalmente, um regime perfeitamente novo, de maneira alguma pré – formado ou virtualmente presente em suas “causas”. Por isso o livro *Origens do totalitarismo* não deve ser considerado como uma história do totalitarismo, mas uma análise em termos históricos dos elementos que cristalizaram no totalitarismo. Além da ruptura, a historiografia arendtiana do totalitarismo é orientada também, por uma outra premissa, a saber, é o evento em sua cristalização presente que ilumina o seu passado, permitindo que se encontrem as suas origens).

Tudo isso significa fundamentalmente que, para Hannah Arendt, compreender um acontecimento pressupõe essencialmente, “retraçar” a sua história:

anti-semitismo e imperialismo não contêm os germes de um totalitarismo pré – formado, mas o privilégio de retroação permite, no entanto, descobrir aí “elementos” que, “cristalizando” segundo certos eixos, entram em composição dentro das seqüências parcialmente convergentes, e conferem uma relativa inteligibilidade ao inaudito (Chatelet, 1993, p.45.).

Ora, é esse retraçar, esse privilégio que tem o pensamento de se retroagir que possibilitou a Hannah Arendt descobrir os elementos do anti-semitismo e do imperialismo, tais como os eurocentrismo, entre outros, que apesar de não serem por

separados em si, totalitários, sentimentos antijudaicos, o racismo, a burocracia, a crise dos estados nacionais, o cristalizaram no fenômeno totalitário permitindo assim pensar aqueles dois acontecimentos como “origens” do totalitarismo.

É, portanto, nesse sentido, e só nesse sentido, que se pode afirmar que, da perspectiva de Hannah Arendt, o totalitarismo é, de fato, formado por uma amálgama de elementos, ou ainda, que cristalizou elementos de várias proveniências⁷.

Fica claro, também, de que da perspectiva de Hannah Arendt, compreender um acontecimento pressupõe, além de qualquer coisa, “buscar a explicitação e a confirmação dos caminhos que foram seguidos, para que um dado evento viesse a ocorrer” (Bignotto, in: Aguiar, et ali. Org. 2001, p.44.).

Portanto, ler e compreender a obra *Origens do totalitarismo* significa acima de tudo, considerá-la uma obra que não pode ser lida de diante para trás, como uma obra comum, mas sim, uma obra que deve ser lida essencialmente de trás para diante, pois, como disse Hannah Arendt, a respeito dos eventos políticos do nosso tempo, nenhum acontecimento pode ser deduzido do seu passado, ou melhor: “o acontecimento ilumina

⁷ Em um colóquio recente, realizado em Fortaleza, Ceará em comemoração aos 50 anos da obra *Origens do totalitarismo*, professor A. Duarte resumiu de um modo claro, a maneira como Hannah Arendt pensou o anti-semitismo e o imperialismo como “origens” do totalitarismo principalmente em sua variante nazista. Por isso, achamos importante transcrevê-lo neste espaço. Para ele, esses dois acontecimentos “só puderam ser pensados como origens a partir do momento em que o próprio passado recebeu sua devida iluminação, derivada do súbito acontecimento de algo novo e inédito na história ocidental: a fabricação em massa da morte de milhões de seres humanos. Assim, foi tomando como ponto de referência a política de extermínio levado a cabo nos campos de concentração que Arendt pôde atribuir um novo sentido a certas condições sociais precedentes, entre as quais enumero as seguintes: a conversão do anti-semitismo tradicional e religioso de mero preconceito social em um potente combustível para a discriminação política legalizada, na medida em que, a partir de meados do século XIX, o anti-semitismo passou então a referir-se à figura do judeu em geral, independentemente de suas atitudes particulares. A identificação, por parte da sociedade civil, entre os judeus e o aparelho do Estado nacional durante o século XIX, daí resultando que estes foram tomados como alvos preferenciais dos conflitos entre sociedade e Estado. A ilusão social de que os judeus eram poderosos politicamente, ao passo que não tinham poder efetivo ou qualquer articulação política própria. A própria autocompreensão dos judeus assimilados, que assumiram sua identidade em termos de um conjunto de características naturais inatas, o que em muito favoreceu a idéia do seu extermínio como solução viável para lidar com a questão judaica. Visto retrospectivamente, o expansionismo imperialista do final do século XIX pôde ser considerado como gerador de condições que foram levadas ao paroxismo nos regimes totalitários, tais como a decadência do Estado – nação e de suas estruturas institucionais; a definição da conquista global de territórios fundada na expansão em nome da expansão como padrão de governo; o racismo como justificativa biológica da dominação de povos; o uso da burocracia como instrumento de dominação política dos povos conquistados, etc. Todos esses fatores contribuíram decisivamente para o sentimento de uma crescente superfluidade dos seres humanos, a qual se agravou durante e após a Primeira Guerra Mundial, que trouxe os fenômenos do desemprego generalizado, da inflação descontrolada e o grande deslocamento geográfico de massas humanas que se viram privadas de um ‘lugar no mundo’, pois destituídas de cidadania, de propriedade privada e de função econômica” (Duarte, in: Aguiar, et ali. Org. 2001, p.64-65.).

o próprio passado; jamais pode ser deduzido dele” (Arendt, 1993, p.49.).

Essa é certamente, a fórmula essencial para quem quer compreender a obra fundamental de Hannah Arendt; de uma outra maneira, principalmente da maneira como a historiografia moderna propõe compreender os acontecimentos baseada fundamentalmente numa análise causal, seria uma postura essencialmente contraditória com a postura da autora. Ou como muito bem nos lembra O. Aguiar,

vale dizer, ao tentar escrever sobre a experiência totalitária, Arendt se viu diante de um “problema epistemológico”, pois essa experiência não podia ser explicada, não se enquadrava nos conceitos tradicionais, não podia ser entendida como culminação de um processo, como desenvolvimento de uma única causa encontráveis no passado. Não era o passado que poderia iluminar e explicar o seu aparecimento. Não se tratava de uma evolução, de algo que podia ser deduzido de uma causa antecedente. A saída que Arendt encontrou foi narrar a experiência. Nessa prática verificou que, ao contrário, o próprio acontecimento ilumina o que o passado pode a ele estar relacionado (Aguiar, 2001, p.203.).

Se existe, no entanto, algo em comum entre o Antissemitismo, Imperialismo e o totalitarismo é exatamente não poder ser relacionados com males antigos e analogias históricas que, de acordo com a nossa autora, ocultariam com certeza suas especificidades e devem, portanto, ser totalmente banidos. Assim, é necessário, para a compreensão do pensamento arendtiano, levar sempre em consideração que, o acontecimento ou a ação não conhece nenhuma causa no sentido estrito do termo, trata-se na verdade, de recusar o fatalismo e o determinismo.

Essa postura não quer dizer, no entanto, opor-se à explicação causal a incapacidade do homem para compreender o seu passado e para agir sobre a sua história futura, nem negar a legitimidade da explicação causal, todavia, significa uma severa crítica à primazia, e mesmo à exclusividade, que lhe é demasiadas vezes concedida pela historiografia moderna. Portanto, se a autora sustenta que o sentido de cada ato, de cada acontecimento, só pode ser revelado por ele próprio,

Isso de certo não exclui seja a causalidade seja o contexto em que alguma coisa ocorre... no entanto, causalidade e contexto eram vistos sob uma luz fornecida pelo próprio evento, iluminando um seguimento específico dos

problemas humanos; não eram considerados como possuidores de uma existência independente de que o evento seria apenas a expressão mais ou menos accidental, conquanto adequado. Tudo que era dado ou acontecia mantinha sua cota de sentido “geral” dentro dos confins de sua forma individual e aí a revelava, não necessitando de um processo envolvente e engolfante para se tornar significativa (Arendt, 1988, p.96).

O pensamento de Hannah Arendt, nesse sentido, parece concordar-se claramente com o pensamento de Tocqueville, quando este não dá razão às pessoas das letras que veem em todos os lados causas gerais, nem aos homens políticos que consideram que tudo deve ser atribuído a incidentes particulares,

Odeio, de minha parte, estes sistemas absolutos, que fazem depender todos os acontecimentos da história de grandes causas primeiras, ligando as umas às outras por uma cadeia fatal, e que suprimem, por assim dizer, os homens da história do gênero humano. Eu os acho limitados em sua pretensa grandeza, e falsos sob seu ar de verdade matemática.(Tocqueville, 1991, p 234).

Referências bibliográficas

AGUIAR, Odílio alves. **Filosofia e política no pensamento de Hannah Arendt**. Fortaleza: EUFC, 2001.

_____. et ali (org.). **Origens do totalitarismo 50 anos depois**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

ARENDR, Hannah. **A dignidade da política**. Tradução: Antonio Abranches., et ali. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

_____. **Da revolução**. Tradução de Fernando Dídimo Vieira. São Paulo: Ática-UnB, 1980.

_____. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **Le système totalitaire**. Paris: Seuil, 1972

_____. **Entre o passado e o futuro**. Tradução de Mauro Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1988.

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

CHATLET, François., et ali. **Dicionário das obras políticas**. Tradução de Glória Lins e Manoel Ferreira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

DUMONT, Louis. **O individualismo**: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Tradução de Maria Philbert. Rio de Janeiro: Rcco, 1993.

FRIEDRICK, Carl. **Introdução à ciência política**. Tradução de Leonidas xausa e Luiz Corção. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

HITLER, Adolf. **Minha luta**. São Paulo: Editora Moraes, 1983.

KELSEN, Hans. **A democracia**. Tradução de Ivone Castilho, et ali. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MACRIDIS, Roy. **Ideologias políticas contemporâneas**. Tradução de Luis de Moura e Maria de Moura. Brasília: UnB, 1982.

POPPER, Karl. **A sociedade aberta e seus inimigos**. Tradução de Milton Amado. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

TOCQUEVILLE, Alex. **Lembranças de 1848**: as jornadas revolucionárias em Paris. Tradução Modesto Florenzano. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.